

MUNICÍPIO DE SUMÉ

BOLETIM OFICIAL



“Prestando Contas”

Instituído pela Lei
N.º 314, de 17.03.74

ANO XII - EDIÇÃO EXTRA - SUMÉ (PB) - 30 de JUNHO de 2014 pág. 01

LEI MUNICIPAL N.º 1.132, de 13 de junho de 2014.
(Iniciativa do Poder Legislativo)

Denomina de Quadra Poliesportiva Eliazário Pereira Duarte localizada na Rua Manoel Sabiá, Bairro de Várzea Redonda

O Prefeito do Município de Sumé:

Faço saber que a Câmara Municipal Decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Quadra Poliesportiva Eliazário Pereira Duarte localizada na Rua Manoel Sabiá, Bairro de Várzea Redonda ao lado da Escola Municipal Zélia Braz.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Sumé (PB), em 13 de junho de 2014.

FRANCISCO DUARTE DA SILVANETO
PREFEITO DO MUNICÍPIO

LEI MUNICIPAL N.º 1.133, de 13 de junho de 2014.
(Iniciativa do Poder Legislativo)

Denomina logradouro Público e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Sumé:

Faço saber que a Câmara Municipal Decreta, e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Fica denominada de Rua Marinaldo Barros de Amorim a Rua Projetada, paralela com a Rua Manoel Francisco da Silva Neto, localizada no Bairro Frei Damião.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Sumé (PB), em 13 de junho de 2014.

FRANCISCO DUARTE DA SILVANETO
PREFEITO DO MUNICÍPIO

LEI MUNICIPAL N.º 1.134, de 13 de junho de 2014.
(Iniciativa do Poder Legislativo)

Denomina logradouro Público e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Sumé:

Faço saber que a Câmara Municipal Decreta, e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Fica denominada de Rua Júlio Francisco Monteiro (Júlio Tico) a Rua Projetada que liga a Rua Adamastor Gomes de Araújo com a Santos Dumont.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Sumé (PB), em 13 de junho de 2014.

FRANCISCO DUARTE DA SILVA NETO
PREFEITO DO MUNICÍPIO

LEI MUNICIPAL Nº 1.135, de 13 de junho de 2014.
(Iniciativa do Poder Executivo)

O PODER EXECUTIVO
DO MUNICÍPIO DE
SUMÉ ESTABELECE AS
DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS
PARA O EXERCÍCIO DE
2015 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Sumé:

Faço saber que a Câmara Municipal Decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção Única

Art. 1º - São estabelecidas as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal e da Lei Complementar à Constituição Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e as Instruções da Secretaria do Tesouro Nacional, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, orientação para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2015, incluindo as despesas de capital, alterações na legislação tributária, equilíbrio entre receitas e despesas, critérios para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

§ 1º - Integram esta Lei:

I – Anexo de Metas Fiscais para 2015:

1 DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2.1 DEMONSTRATIVO — I – METAS ANUAIS

2.2 DEMONSTRATIVO — II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2.3 DEMONSTRATIVO — III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2.4 DEMONSTRATIVO — IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.5 DEMONSTRATIVO - —V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2.6 DEMONSTRATIVO —VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

2.7 DEMONSTRATIVO —VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2.8 DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

§ 2º - As principais metas e prioridades da administração pública municipal, para o exercício financeiro de 2015, são:

I — Manutenção das atividades do Poder Legislativo Municipal,

II — Manutenção das atividades da Procuradoria Jurídica,

III — Manutenção do Gabinete do Prefeito,

IV — Manutenção das atividades de divulgação,

V — Manutenção de atividades ligadas a Secretaria de Administração e Finanças,

VI — Capacitação de servidores municipais e realização de concurso Público,

VII — Manutenção com pequenas despesas de custeio ligadas ao Cartório Eleitoral,

VIII — Manutenção de atividades ligadas a Secretaria de Administração,

IX — Manutenção de atividades ligadas aos Conselhos Municipais,

X — Manutenção com pequenas despesas ligadas à segurança pública,

XI — Manutenção das atividades ligadas ao ensino fundamental, custeadas com recursos do FUNDEF,

XII — Manutenção das atividades ligadas ao ensino fundamental, custeadas com recursos próprios,

XIII — Manutenção das atividades ligadas ao ensino fundamental, custeadas com recursos de convênios,

XIV — Manutenção de atividades ligadas ao ensino infantil, fundamental, médio e superior,

XV — Manutenção de atividades ligadas à assistência educacional de jovens e adultos,

XVI — Manutenção de atividades ligadas à assistência ao idoso, criança e adolescente e ação social,

XVII — Manutenção com ações ligadas à agricultura, produção vegetal, abastecimento e outras,

XVIII – Manutenção de atividades ligadas à infra-estrutura urbana e rural, comércio e serviços

XIX — Manutenção de atividades ligadas ao controle ambiental,

XX -- — Manutenção de atividades ligadas à cultura ao esporte e festividades,

XXI — Manutenção de atividades ligadas a programas junto ao Ministério da Saúde (PAB, PSF, PVS, FB, SB, ETC.),

XXII — Manutenção de atividades ligadas a serviços de saúde (AIH'S, SAÚDE PLENA, ETC.),

XXIII — Manutenção de atividades custeadas com recursos próprios, ligadas a Saúde,

XXIV— Erradicação da mortalidade infantil, mediante a consolidação das ações básicas de saúde e saneamento,

XXV — Implantação / reestruturação do Plano de Cargos e Salários, assim como concessão de

ABONOS,

XXVI – Concessão de aumento a servidores Públicos Municipal, em observância a Carta Magna.

**CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES
Seção Única**

Art. 2º - As definições dos termos e os conceitos constantes desta Lei são aqueles estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

**CAPÍTULO III
DO ORÇAMENTO MUNICIPAL
Seção I
Do Equilíbrio**

Art. 3º - Na elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 2015 será assegurado o equilíbrio, na forma da LC nº 101/2000, não podendo o valor das despesas fixadas ser superior as das receitas previstas.

Seção II

Art. 4º - O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2015 será elaborado de forma compatível com a Lei Complementar nº 101/2000, com a Lei 4.320/64, com as disposições da Constituição do Estado da Paraíba, com o plano plurianual e com as disposições desta Lei, e obedecerá aos prazos constantes nas Resoluções do Tribunal de Contas.

§ 1º - Poderão deixar de constar da proposta orçamentária, para o exercício de 2015, programas, projetos e metas existentes no plano plurianual em vigor, em decorrência da compatibilização das despesas com a previsão de receitas, sem prejuízo das prioridades aqui definidas, ou por conveniência do Poder Executivo.

§ 2º - Poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária os projetos imprecisos constantes do plano plurianual, consoante disposição de § 4º do art. 5º da LC Nº 101/2000.

§ 3º - Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

Art. 5º - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2015 será composta das seguintes peças:

I – Projeto de Lei Orçamentária anual, constituído de texto e demonstrações;

II – Anexos, compreendendo o orçamento fiscal e das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:

- a) Analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;
- b) Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pelo artigo 212 da Constituição Federal;
- c) Recursos destinados à promoção de ações voltadas a criança e adolescente, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelos respectivos conselhos;
- d) Sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- e) Natureza da despesa, para cada órgão, que integra a estrutura administrativa do Município;
- f) Despesa por fontes de recursos para cada órgão, que integra a estrutura administrativa do Município;
- g) Receita e despesa por categorias econômicas;
- h) Despesas previstas consolidada, ao nível de categoria econômica, subcategoria, elemento esub-elemento;
- i) Programa de trabalho de cada unidade orçamentária, ao nível de função, sub-funçãoe projetos / atividades;
- j) Consolidado por funções, sub-função e programas;

- l) Consolidado por funções, sub-função e programas, evidenciando os recursos vinculados;
- m) Despesa por órgãos e funções;
- n) Despesa por unidade orçamentária e por categoria econômica;
- o) Despesa por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao Orçamento Global;
- p) Recursos destinados ao Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF;
- q) Especificação da legislação da receita;

III – Mensagem, contendo uma análise da conjuntura econômica e as implicações sobre a proposta orçamentária;

§ 1º - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços vigentes em agosto de 2014.

§ 2º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, as respectivas para a arrecadação no exercício de 2014 e as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária.

§ 3º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciando o “déficit” ou “superávit” corrente.

Art. 6º - No texto da lei orçamentária para o exercício de 2015 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 70 % (setenta por cento) do total da receita prevista, assim como autorização para remanejamento de uma Unidade para outra e a criação de elemento de despesa dentro do mesmo PROJETO / ATIVIDADE, não podendo ser matéria de emendas.

Art. 7º - O Orçamento anual do município abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, Instituto de Previdência, podendo subdividir as Unidades Gestoras.

Art. 8º - O texto da Lei da Proposta Orçamentária no que concerne aos limites de autorizações não poderá ser emendada, a não ser que estejam em desacordo com a LDO, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição Federal, porém ao detalhamento das despesas poderão ser emendadas, devendo o orçamento ser devolvido a sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma da Lei, assim como juntado os reflexos em seus anexos, sob pena de nulidade.

Art. 9º - O Prefeito do Município poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações PARCIAL ou TOTAL no projeto de lei do orçamento anual ou do plano plurianual, enquanto não iniciada a votação, na Comissão específica.

Seção III

Da Classificação das Receitas e Despesas

Art. 10º - Na lei orçamentária a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

I – CATEGORIA ECONÔMICA

II – GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA

III – ELEMENTO DE DESPESA

§ 1º - A classificação a que se refere este artigo corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa conforme a lei orçamentária anual.

§ 2º - As categorias de programação de que trata o “caput” deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título e descritor que caracterize as respectivas metas ou ação política esperada, segundo a classificação funcional programática estabelecida no § 2º do art. 8º e no Anexo 5 da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64 e Portaria 163 de 04/05/2001, e suas alterações posteriores.

§ 3º - Para atender as disposições contidas no § 1º do Art. 18 da LC nº 101/2000, deverá ser criado nas unidades específicas, programas denominados “Outras Despesas de Pessoal – Terceirização de Mão-de-obra”.

§ 4º - As ajudas e doações a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com a Lei Municipal, que regulamenta a destinação de recursos para atender doações a pessoas carentes, visando suprir necessidades comuns e de baixo custo, estabelecendo critérios e forma de comprovação.

Art. 11 – As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

Art. 12 - A Classificação da Receita a ser dotada para o orçamento de 2.015 obedecerá às disposições do Anexo I da Lei Federal nº 4.320, atualizada pela Portaria 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo único – A Classificação orçamentária poderá ser alternada diante da superveniência de norma estabelecida pela União Federal.

**CAPÍTULO IV
DAS RECEITAS
Seção Única**

Art. 13 – A execução da receita obedecerá às disposições das Seções I e II do Capítulo III, arts. 11 a 14 e demais disposições da LC nº 101/2000, assim como Portaria 326 STN.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015 serão levados em consideração, para efeito de previsão de receita, os seguintes fatores:

- I – efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II – variações de índices de preços;
- III – crescimento econômico;
- IV – Índice inflacionário

§ 2º - A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos do § 1º, do art. 12 da LC Nº 101/00, devendo o Poder Legislativo, obedecer rigorosamente, os valores previamente estabelecido pelo Plano Plure Anual.

Art. 14 – A concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma prevista na LC Nº 101/2000.

**CAPÍTULO V
DAS DESPESAS COM PESSOAL
SEÇÃO ÚNICA**

Art. 15 – Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos nos art. 18º a 23º e demais disposições da LC Nº 101/2000.

Art. 16 – O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta), dias após o encerramento de cada semestre, Relatório de Gestão Fiscal, explicitando, de forma individualizada, os valores de cada item considerado para efeito do cálculo das receitas líquidas e das despesas totais de pessoal, evidenciando o percentual das receitas comprometidas com pessoal.

§ 1º - Para efeito do cálculo de que trata este artigo, entendem-se como despesas de pessoal, o somatório dos gastos do Município com ativos, inativos e os pensionistas, relativos a mandato eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias,

tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas à entidade de previdência.

§ 2º - Para efeito do cálculo de que trata este artigo, entendem-se como despesas com pessoal, o somatório dos gastos do Município com ativos, inativos e os pensionistas, relativos a mandato eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza.

§ 3º - As despesas de pessoal, para o atendimento das disposições da LC Nº 101/00, serão apuradas somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 4º - Cabe ao serviço de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados nos §§1º e 2º deste artigo.

Art. 17 - Para atendimento das disposições do art. 7º da Lei Federal nº 9.424, de 24.12.96, o Poder Executivo poderá conceder abono salarial aos profissionais de magistério, assim como, em decorrência da emenda constitucional 25, fica também autorizado ao pessoal ligado à Saúde.

Art. 18 - A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 19/98, para o exercício de 2015, será autorizada por lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, respeitados os limites constantes da LC Nº 101/00, devendo estar autorizado, também, obedecendo a legislação vigente, conceder reajuste aos Agentes Políticos e Secretariados, limitado ao estabelecido para os servidores municipais.

**CAPÍTULO VI
DAS TRANSFERÊNCIAS E SUBVENÇÕES
Seção I**

Repasse de Recursos ao Poder Legislativo

Art. 19 - Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura na data

estabelecida no art. 168 da Constituição Federal, através de suprimento de fundos de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25 de 14 de fevereiro de 2.000, devendo o controle interno (Contadoria) da Câmara Municipal, consoante art. 74 da Constituição Federal, encaminhar os balancetes ao Poder Executivo, até o quinto dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado, assim como, em caso de existência de débitos junto ao INSS (Poder Legislativo), fica o Poder Executivo autorizado a DEDUZIR do valor do repasse a importância devida, devendo ser processada pelo Executivo na Unidade competente.

Seção II

Repasses a Instituições Públicas e Privadas

Art. 20 – Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2015, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários privados sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá, respeitadas as disposições da LC Nº 101/2000, de formalização do instrumento de liberação de recursos e das regras do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

I – de que as entidades sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II – de lei específica, autorizativa da subvenção;

III – da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. Nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;

IV – da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

V – da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 31 de julho de 2014.

VI – da comprovação que a instituição está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme artigo 195, § 3º, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município;

VII – Não se encontra em situação de inadimplência no que se refere a Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

Parágrafo único – Não constará na proposta orçamentária para o exercício de 2015, dotações para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos, I, III, IV e V do presente artigo.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FISCALIZAÇÃO

Seção I

Do Cumprimento das Metas Fiscais

Art. 21 – O Poder Executivo, através da Secretaria competente, deverá atender, no prazo de sete dias úteis, contados na data do recebimento, às solicitações de informações relativas às categorias de programação explicitadas no projeto de lei que solicitar créditos adicionais, fornecendo dados, quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e suas metas a serem atingidas.

Seção II

Da Limitação do Empenho

(Norma de controle e avaliação de custos)

Art. 22 – Se verificado no final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, determinarão a limitação de empenho e movimentação financeira, em percentuais proporcionais às necessidades, conforme justificativa constante do ato específico, respeitadas as disposições da LC nº 101/00.

Art. 23 – Até trinta dias após a publicação dos orçamentos o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Seção III

Do Controle Interno

Art. 24 – Até a publicação de código de administração financeira própria, o Município adotará as normas e regulamentos do Código de Administração Financeira do Estado da Paraíba, respeitadas as disposições da legislação federal em vigor.

CAPÍTULO VIII

DAS VEDAÇÕES

Seção Única

Disposições Gerais

Art. 25 – Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação em desacordo com o art. 15 da LC nº 101/2000, quando

desacompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes, bem como de declaração expressa do ordenador da despesa que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual.

Art. 26 – É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

CAPÍTULO IX

DAS DÍVIDAS

Seção I

DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Art. 27 – Será consignada, no orçamento para o exercício de 2015, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2014, pela Procuradoria Jurídica ou respectiva Assessoria, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2015, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal.

§ 2º - O Sistema de Controle Interno da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica de suas exigências, através dos serviços de consultoria jurídica.

Subseção II

Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna

Art. 28 - O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Interna, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de finanças, para efeito de acompanhamento.

Art. 29 - O resgate das parcelas da dívida, bem como os encargos, obedecerá à disposição da LC N° 101/2000.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I

Dos Prazos

Art. 30 - A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2015 será entregue ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2014 e devolvido para sanção até 30 (trinta) de outubro, consoante disposições da Constituição do Estado da Paraíba.

Art. 31 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo, para o exercício de 2015, será entregue ao Poder Executivo até 30 (trinta) de junho de 2014 para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária, observadas as disposições do art. 29-A da CF, com a redação que lhe deu a emenda 25/2000, podendo, em decorrência de erro ou omissão, ser ajustado pelo Poder Executivo através da Contadoria Municipal, evidenciando os motivos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso a Proposta Orçamentária do poder Legislativo esteja incompatível com o Plano Plure Anual, será considerada a do PPA (EM SEU VALOR NOMINAL).

Seção II

Alterações na Legislação Tributária

Art. 32 - Os projetos de lei relativos a alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2015, deverão ser encaminhados ao Poder Legislativo até novembro de 2014 e IMPRETERIVELMENTE ser apreciado pelo Poder Legislativo antes do recesso parlamentar, sob pena de responder por CRIME DE RESPONSABILIDADE E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

Seção III

Das Disposições Gerais

Art. 33 - O Poder Executivo poderá firmar convênios, com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infra-estrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, promoção de atividades geradoras de empregos, segurança pública, bem como cooperação técnica e financeira para propiciar realização de atividades e/ou serviços com finalidades públicas.

Art. 34 - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município, oferecendo sugestões:

I – Ao Poder Executivo, até 30 de julho do corrente ano, junto à Secretaria de Finanças;

II – Ao Poder Legislativo, na comissão técnica, durante o período de tramitação da proposta

orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais;

III – Através de orçamento participativo

§ 1º - As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional, assim como DEVERÃO serem acompanhadas dos anexos, fruto dos seus reflexos.

Art. 35 - A prestação de contas anual do Município incluirá relatório de execução com a forma e os detalhes apresentados na lei orçamentária anual, além dos demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas Resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Art. 36 - O valor do Orçamento para o Poder Legislativo a ser incluído no Orçamento Global do Município, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete) por cento, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, obedecendo RIGOROSAMENTE, o previamente estabelecido no Plano Plure Anual (SEMPRE PELO MENOR):

§ 1º - Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada pela legislação pertinente.

§ 2º - Se o Poder Legislativo não encaminhar no prazo legal sua proposta orçamentária, será considerada como proposta a previamente estabelecida no Plano Plure Anual (VALOR NOMINAL).

Art. 37 – O poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício financeiro de 2015, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 38 – Fica estabelecida uma autorização de até 10% (dez por cento) para efeito de reserva de contingência sobre a Receita Corrente Líquida.

Art. 39 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Sumé (PB), em 13 de junho de 2014.

FRANCISCO DUARTE DA SILVA NETO
PREFEITO DO MUNICÍPIO

LEI MUNICIPAL Nº 1.136, de 13 de junho de 2014.

(Iniciativa do Poder Executivo)

Altera o quantitativo de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo do Município de Sumé redefinido pela Lei nº 1.109, de 26 de setembro de 2013.

O Prefeito do Município de Sumé:

Faço saber que a Câmara Municipal Decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Tabela 4 - Segmento 1 – Subsegmento 2 - Professor do Ensino Fundamental II - MAG-402 (com Habilitação Específica) integrante do ANEXO ÚNICO referido ao art. 3º da Lei nº 1.109, de 2013, que trata do Grupo Ocupacional Magistério Público Municipal - passa a vigorar com o conteúdo em anexo a esta Lei.

Art. 2º O Poder Executivo fará publicar no Boletim Oficial do Município, no prazo de trinta dias, após a publicação desta Lei, texto consolidado da Lei nº 1.109, de 2013.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito de Sumé (PB), em 13 de junho de 2014.

FRANCISCO DUARTE DA SILVA NETO
PREFEITO DO MUNICÍPIO

Lei nº 1.136 /2014

ANEXO a que se refere o art.1º

GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
% CÓDIGO: MAG-400

Quadro I – CATEGORIA PROFISSIONAL:
PROFESSORES

Tabela 4 - Segmento 1 – Subsegmento 2 - Professor do Ensino Fundamental II - **MAG-402**
(com Habilitação Específica)

CARGO	Nº DE CARGOS	PADRÕES DE VENCIMENTO/ SÍMBOLO/(R\$)						
		Professor do Ensino Fundamental II	41(**)	MAG-402.1.1	MAG-402.1.2	MAG-402.1.3	MAG-402.1.4	MAG-402.1.5
1.734,16	1.820,87			1.911,91	2.007,50	2.107,88	2.213,27	2.323,94
41(***)	MAG-402.2.1		MAG-402.2.2	MAG-402.2.3	MAG-402.2.4	MAG-402.2.5	MAG-402.2.6	MAG-402.2.7
	1.820,86		1.911,91	2.007,50	2.107,88	2.213,27	2.323,94	2.440,13
	MAG-402.3.1		MAG-402.3.2	MAG-402.3.3	MAG-402.3.4	MAG-402.3.5	MAG-402.3.6	MAG-402.3.7
	1.911,89		2.007,49	2.107,86	2.213,26	2.323,92	2.440,12	2.562,12
MAG-402.4.1	MAG-402.4.2	MAG-402.4.3	MAG-402.4.4	MAG-402.4.5	MAG-402.4.6	MAG-402.4.7		
2.007,50	2.107,87	2.213,26	2.323,93	2.440,12	2.562,13	2.690,24		

(*) Conforme o detalhamento do Quadro III, a este ANEXO.

Quadro III GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL - MAG-400				
Categoria Profissional - Professores				
Subcategoria - Professor do Ensino Fundamental II - MAG-402				
CARGO	SÍMBOLO	NÚMERO	ESCOLARIDADE EXIGIDA E OUTROS REQUISITOS PARA O PROVIMENTO	LINHAS DE PROMOÇÃO FUNCIONAL
				3

Subcategoria - Professor do Ensino Fundamental II - MAG-402	
Professor do Ensino Fundamental II com Habilitação Específica em (*):	a) formação para o Magistério em nível superior, em curso de licenciatura - de graduação plena, com habilitação em área própria; ou b1) formação superior em área correspondente - e complementação, nos termos da legislação vigente específica; b2) Curso de Nível Superior, acompanhado de Curso de Formação Pedagógica, no caso previsto no Parágrafo Único do Art. 1.º, da Resolução n.º 02/97 - CNE, desde que compatível com a área de conhecimento do cargo de Professor.

Língua Portuguesa	MAG-402.1.1	Número de cargos na classe inicial: 7 , que podem ser distribuídos pelas classes que compõem o cargo em razão de Progressão Vertical.	Progressão Vertical (Linear) às Classes que compõem o cargo. Progressão Horizontal aos Padrões de Vencimento 2 a 7 de cada Classe (Lei Complementar nº 13, de 2010, e suas alterações)
-------------------	--------------------	--	--

Ciências	MAG-402.2.1	Número de cargos na classe inicial: 7 , que podem ser distribuídos pelas classes que compõem o cargo em razão de Progressão Vertical.	Progressão Vertical (Linear) às Classes que compõem o cargo. Progressão Horizontal aos Padrões de Vencimento 2 a 7 de cada Classe. (Lei Complementar nº 13, de 2010, e suas alterações)
----------	--------------------	--	---

História	MAG-402.3.1	Número de cargos na classe inicial: 5 , que podem ser distribuídos pelas classes que compõem o cargo em razão de Progressão Vertical.	Progressão Vertical (Linear) às Classes que compõem o cargo. Progressão Horizontal aos Padrões de Vencimento 2 a 7 de cada Classe (Lei Complementar nº 13, de 2010, e suas alterações)
----------	--------------------	--	--

Matemática	MAG-402.4.1	Número de cargos na classe inicial: 7 , que podem ser distribuídos pelas classes que compõem o cargo em razão de Progressão Vertical.	Progressão Vertical (Linear) às Classes que compõem o cargo. Progressão Horizontal aos Padrões 2 a 7 de cada Classe (Lei Complementar nº 13, de 2010, e suas alterações)
------------	--------------------	--	--

Geografia	MAG-402.5.1	Número de cargos na classe inicial: 5 , que podem ser distribuídos pelas classes que compõem o cargo em razão de Progressão Vertical.	Progressão Vertical (Linear) às Classes que compõem o cargo. Progressão Horizontal aos Padrões de Vencimento 2 a 7 de cada Classe (Lei Complementar nº 13, de 2010, e suas alterações)
-----------	--------------------	--	--

Língua Inglesa	MAG-402.6.1	Número de cargos na classe inicial: 3 , que pode ser distribuído para as classes imediatas que compõem o cargo em razão de Progressão Vertical.		Progressão Vertical (Linear) às Classes que compõem o cargo. ... Progressão Horizontal aos Padrões de Vencimento 2 a 7 de cada Classe (Lei Complementar nº 13, de 2010, e suas alterações)
----------------	--------------------	--	--	--

Lei nº 1.137, de 26 de junho de 2014.

(Iniciativa do Poder Executivo)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL PARA COBERTURA DE DESPESAS DO CONVÊNIO DE 353|2014, NO VALOR DE R\$ 415.033,47, (Quatrocentos e Quinze Mil Trinta e Três Reais e Quarenta e Sete Centavos) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ faz saber que a Câmara Municipal decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial nas autorizações abaixo discriminadas, para cobertura das despesas do convênio 353\2014, destinada a Municipalização do Ensino Fundamental, para manutenção da Escola Padre Paulo Roberto de Oliveira.

02.05 - Secretaria de Educação- Despesas Correntes 60% - R\$ 249.020,08
12.361.0013.2052- Desenvolver as Ações da Escola Padre Paulo Roberto de Oliveira

3.1.90.04.01-Contratatação por tempo determinado
3.1.90.11.01- Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil

3.1.90.13.01- Obrigações Patronais (INSS)
3.1.91.13.01- Obrigações Patronais (IPAMS)
02.05 - Secretaria de Educação- Outras Despesas de Educação 40% - R\$ 166.013,39

12.361.0013.2052- Desenvolver as Ações da Escola Padre Paulo Roberto de Oliveira

3.3.90.30.01- Material de Consumo
3.3.90.36.01-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
3.3.90.39.01- Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica
4.4.90.51.01- Obras e Instalações-
4.4.90.52.01-Equipamentos e Material Permanente

Art. 3º Para fazer face as despesas decorrentes deste Crédito Especial contará o Poder Executivo com a anulação, na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, de anulação parcial ou total de dotação orçamentária do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02 de maio de 2014.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SUMÉ (PB), em 26 de junho de 2014.

FRANCISCO DUARTE DASILVANE TO

Prefeito do Município

Educação Artística	MAG-402.7.1	Número de cargos na classe inicial: 3 , que podem ser distribuídos pelas classes que compõem o cargo em razão de Progressão Vertical.		Progressão Vertical (Linear) às Classes que compõem o cargo. ... Progressão Horizontal aos Padrões de Vencimento 2 a 7 de cada Classe (Lei Complementar nº 13, de 2010, e suas alterações)
--------------------	--------------------	--	--	--

Educação Física	MAG-402.8.1	Número de cargos na classe inicial: 3 , que podem ser distribuídos pelas classes que compõem o cargo em razão de Progressão Vertical.		Progressão Vertical (Linear) às Classes que compõem o cargo. ... Progressão Horizontal aos Padrões de Vencimento 2 a 7 de cada Classe (Lei Complementar nº 13, de 2010, e suas alterações)
-----------------	--------------------	--	--	--

Ensino Religioso	MAG-402.9.1	Número de cargos na classe inicial: 1 , que pode ser distribuído para a classe imediata que compõe o cargo em razão de Progressão Vertical.	Licenciatura Plena mais Credenciamento para ministrar Ensino Religioso.	Progressão Vertical (Linear) às Classes que compõem o cargo. ... Progressão Horizontal aos Padrões de Vencimento 2 a 7 de cada Classe (Lei Complementar nº 13, de 2010, e suas alterações)
------------------	--------------------	--	---	--

DECRETO DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Gabinete do Prefeito, 02 de junho de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso IV, no que se combina com o art. 73, inciso I, alínea *a*, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o relatório apresentado pela Comissão de Supervisão e Acompanhamento da Execução do Concurso Público aberto pelo Edital nº 01/2013; o relatório apresentado pela Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior – ATECEL, entidade executora - e, ainda, as informações, pareceres, quadros, tabelas e demais documentos eletrônicos constantes do Processo nº 79/2013 – PMS/SECAD,

DECRETA:

ARTIGO ÚNICO. Fica homologado o resultado final do Concurso Público de Provas e de Títulos e Experiência Profissional para preenchimento das vagas existentes no Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo, das que vagarem e das que forem criadas durante o prazo de validade do Concurso, conforme as normas e condições estabelecidas no Edital nº 01, de 20 de dezembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ, em 30 de junho de 2014; 64º da Emancipação Política do Município.

FRANCISCO DUARTE DA SILVA NETO

Prefeito do Município

PORTARIA Nº 4.445/2014 – GAPRE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso V, no que se combina com o art. 73, inciso II, alínea C, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DESIGNAR a Senhora **BERNADETE BATISTA DE ASSIS**, Professor QSMP, para a função de Diretora da U.M.E.I.E.F. Zélia Braz Vieira da Silva, Símbolo DSC-8, Padrão C-1 do Município de Sumé.

FRANCISCO DUARTE DASILVANETO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.446/2014 – GAPRE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso VIII, no que se combina com o art. 66 e art. 73, inciso II, alínea *a*, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com os art. 07 e 17 da Lei nº 896 de 14 de janeiro de 2005.

RESOLVE:

NOMEAR ANA PAULA GONÇALVES LEITE de acordo com o art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 1/94 no Cargo de Secretária de Administração, Símbolo SM- 1, do Município de Sumé.

Gabinete do Prefeito, em 02 de junho de 2014.

FRANCISCO DUARTE DASILVANETO

Prefeito Constitucional.

PORTARIA Nº 4.447/2014 – GAPRE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 170, Parágrafo 1º, Inciso I da Lei Complementar nº 24 de 27 de novembro de 2013, resolve:

CANCELAR

A Gratificação de Atividades Especiais - GAE de ANA PAULA GONÇALVES LEITE, Operador de Equipamentos de Informática SAD 205.1, Matrícula nº 1051, lotada na Secretaria de Administração.

Sumé, 02 de junho de 2014.

FRANCISCO DUARTE DASILVANETO
Prefeito constitucional

PORTARIA Nº 4.448/2014 – GAPRE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 170, Parágrafo 1º, Inciso I da Lei Complementar nº 24 de 27 de novembro de 2013, resolve:

CONCEDER

A **AUGUSTO JORGE NETO**, Técnico em Agropecuária ANI 301.1, Matrícula nº 1024, lotado na Secretaria de Educação, a Gratificação de Atividades Especiais, à base de **30% (trinta por cento)** do seu nível do vencimento.

Sumé, 02 de junho de 2014.

FRANCISCO DUARTE DASILVANETO
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 4.449/2014 – GAPRE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 170, Parágrafo 1º, Inciso I da Lei Complementar nº 24 de 27 de novembro de 2013, resolve:

CONCEDER

A **FRUTUOSO SEVERO DE MACEDO NETO**, Técnico em Agropecuária ANI 301.1, Matrícula nº 788, lotado na Secretaria de Educação, a Gratificação de Atividades Especiais, à base de **30% (trinta por cento)** do seu nível do vencimento.

Sumé, 02 de junho de 2014.

FRANCISCO DUARTE DASILVANETO
Prefeito Constitucional

PORTARIA Nº 4.450/2.014 – GAPRE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo **Art. 60, inciso VIII**, no que se combina com o **Art. 73, inciso II, alínea “a”**, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, de acordo com o **art. 87**, da Lei Complementar nº 24 de 27 de novembro de 2013.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA JÚNIOR do cargo de Agente Comunitário de Saúde SSA-APS 603.1.1, Matrícula nº 2813 e Portaria nº 4.165/2013, com lotação fixada na Secretaria Municipal de Saúde.

Sumé, 12 de junho de 2014.

FRANCISCO DUARTE DASILVANETO
Prefeito Constitucional

RESOLUÇÃO Nº 43/2014

Concede o Título de Cidadão Sumeense ao Senhor Rômulo José Gouveia.

A Câmara de Vereadores do Município de Sumé resolve:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Sumeense ao Senhor Rômulo José Gouveia.

Art. 2º - Cabe ao Exmº Sr. Presidente da Câmara fazer a devida comunicação ao homenageado, inclusive a entrega do Título.

Art. 3º - Cabe ainda ao Exmº Sr. Presidente da Câmara fazer as comunicações a quem necessário for.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2014.

José Deocleciano Barbosa da Silva

Presidente da Câmara

Donzília Martiniana da Silva Neta

1ª Secretária

Leônidas Albino Pedrosa

2º Secretário

